

O debate teórico acerca da estabilidade do Sistema Internacional e suas contribuições

Theoretical debate about the International System's stability and its contributions

ANA KAROLINA MORAIS DA SILVA | anakmorais96@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) e Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Bolsista de Pós-Graduação (DS/UNILA). Pesquisadora do Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI).

CARLA PAULINO DA COSTA FERES | carlapaulinoferes12@gmail.com

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Pesquisadora do Observatório da Integração Econômica da América do Sul (OBIESUR) e do Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI).

LUCAS KERR DE OLIVEIRA | lucaskerroliveira@gmail.com

Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor do Curso de Relações Internacionais e Integração e do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos, Geopolítica e Integração Regional (NEEGI).

ISADORA WADI STADUTO | isadorastaduto@gmail.com

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPG-ICAL) e Bacharel em Relações Internacionais e Integração pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

Recebimento do artigo Agosto de 2020 | **Aceite** Dezembro de 2020

Resumo Os ciclos de estabilidade, crises e guerras, que permeiam os processos de transição de poder e hegemonia, são um tema recorrente nos debates de Relações Internacionais desde a Segunda Guerra Mundial, ganhando novo fôlego a partir da crise da hegemonia estadunidense nos anos 1970 e sendo retomado no contexto contemporâneo de acirramento da disputa entre EUA, Rússia e China. Desta forma, o presente artigo realiza uma análise dos avanços teóricos do debate sobre o papel das potências hegemônicas para a estabilidade do sistema internacional. Inicialmente, o conceito de hegemonia foi revisado e, em seguida, foram expostas as contribuições das Teorias de Transição de Poder, da Estabilidade Hegemônica, dos Ciclos de Longa Duração e da Crise Estrutural. O objetivo central é identificar as principais ferramentas teórico-metodológicas que podem ser empregadas para a análise dos processos de ascensão e queda de potências hegemônicas, percorrendo diferentes abordagens, visando contribuir para a sistematização do debate teórico. Partimos da hipótese de que as teorias estudadas possuem mais pontos de convergência do que de divergência

entre si e, portanto, podem ser aplicadas de forma complementar para a análise das mudanças estruturais na hierarquia de poder internacional. Do ponto de vista metodológico, foram revisadas as principais obras de cada abordagem teórica, considerando as seguintes variáveis: (i) a definição de uma potência hegemônica ou dominante, (ii) como se organiza a estrutura de poder internacional e (iii) como se dá a transição hegemônica ou transição de poder. **Palavras-chave** Hegemonia; Transição de Poder; Estabilidade Hegemônica; Ciclos de Longa Duração; Crise Estrutural.

Abstract The cycles of stability, crises and wars, which permeate the processes of transition of power and hegemony, are a recurring theme in international relations debates since the Second World War, gaining new momentum from the crisis of American hegemony in the 1970s and being resumed in the contemporary context of intensification of the dispute between USA, Russia and China. Thus, this article analyzes the theoretical advances in the debate on the role of hegemonic powers for the stability of the international system. Initially, the concept of hegemony was revised and, then, the contributions of the Theories of Power Transition, Hegemonic Stability, Long Term Cycles and Structural Crisis were exposed. The central objective is to identify the main theoretical and methodological tools that can be used to analyze the processes of rise and fall of hegemonic powers, covering different approaches, aiming to contribute to the systematization of the theoretical debate. We start from the hypothesis that the studied theories have more convergence than divergence points between themselves and, therefore, they can be applied in a complementary way to the analysis of structural changes in the international power hierarchy. From the methodological point of view, the main works of each theoretical approach were reviewed, considering the following variables: (i) the definition of a hegemonic or dominant power, (ii) how the international power structure is organized and (iii) how the hegemonic or power transition occurs. **Keywords** Hegemony; Power Transition; Hegemonic Stability; Long Cycles; Structural Crisis.

INTRODUÇÃO

Após a Segunda Guerra Mundial, consolidou-se, através das conferências de Bretton Woods, o novo padrão monetário internacional, denominado padrão dólar-ouro. Neste mesmo período, era expandida a presença das corporações estadunidenses fora do seu território nacional, as quais exportavam o modo de produção, consumo e financiamento dos Estados Unidos, integrando as cadeias produtivas a nível global (TEIXEIRA, 1999). Neste contexto, foram publicados os primeiros trabalhos da Teoria de Transição de Poder, cujo principal expoente foi Kenneth Organski, em seu livro *World Politics*, de 1958.

A partir da década de 1970, com a crise que abatia a hegemonia estadunidense e que culminou na mudança do padrão monetário dólar-ouro para o padrão dólar-flexível, diversos trabalhos acerca do tema da estabilidade sistêmica passaram a ser publicados: a Teoria da Estabilidade Hegemônica, apresentada nos trabalhos de Charles Kindleberger (1973) e Robert Gilpin (1987); a Teoria dos Longos Ciclos de Duração, inicialmente exposta nos trabalhos de George Modelski (1987) e Immanuel Wallerstein (1987), e posteriormente aprofundada por Giovanni Arrighi (1996); e a Teoria da Crise Estrutural, desenvolvida no âmbito da Economia Política Internacional, na qual se inserem os trabalhos de Susan Strange (1994) e Maria da Conceição Tavares (1985) e, na atualidade, também pode ser considerada como a abordagem que fundamenta o trabalho de José Luís Fiori (2004).

Hoje em dia, o acirramento da disputa interestatal entre grandes potências como Estados Unidos, Rússia e China reacende o debate acerca da estabilidade sistêmica e, especialmente, sobre o papel desempenhado por uma potência hegemônica dentro deste contexto. Neste sentido, este artigo está voltado para a análise de um conjunto de teorias cujo foco analítico está sobre os processos

de transição de uma hegemonia para outra, buscando compreender as estruturas de poder que estabelecem relações hierárquicas ou de dominação entre os Estados do sistema interestatal.

Estas teorias englobam uma diversidade de premissas conceituais, pois partem de diferentes perspectivas analíticas (as Teorias de Transição de Poder e da Estabilidade Hegemônica, por exemplo, aproximam-se de princípios realistas, enquanto as Teorias dos Longos Ciclos de Duração e da Teoria da Crise Estrutural empregam ferramentas da análise histórica de longa-duração e da Economia Política Internacional, respectivamente). Tais abordagens apresentam divergências significativas entre si e em relação às teorias “dominantes” das Relações Internacionais. Desta forma, o objetivo do trabalho é identificar as principais ferramentas teórico-metodológicas que podem ser empregadas para a análise dos processos de ascensão e queda de potências hegemônicas, visando contribuir na sistematização e organização do debate teórico.

Na pesquisa, os vieses analítico e comparativo são empregados, abordando diferentes perspectivas para identificar os pontos de aproximação e divergência entre as teorias. As variáveis consideradas para a comparação entre as diferentes abordagens foram: (i) a definição de uma potência hegemônica ou dominante; (ii) como cada teoria interpreta a distribuição de poder a nível estrutural entre os Estados do sistema internacional; (iii) como se dá a transição hegemônica ou transição de poder em cada teoria. A hipótese central é que as Teorias de Transição de Poder, da Estabilidade Hegemônica, dos Ciclos de Longa Duração e da Crise Estrutural são mais convergentes do que divergentes e, desta forma, podem ser complementares em determinados pontos.

Na primeira seção do artigo, discutimos o conceito de hegemonia, considerando sua centralidade para o debate em análise, já na segunda seção são apresentados os pressupostos da Teoria da Transição de Poder. Na terceira seção abordamos a Teoria da Estabilidade Hegemônica, enquanto a quarta seção explora a Teoria dos Ciclos de Longa Duração e, finalmente, a Teoria da Crise Estrutural é analisada na quinta seção do trabalho.

1. O CONCEITO DE HEGEMONIA: ENTRE A COERÇÃO E O CONSENTIMENTO

Dentro do debate acerca da estabilidade sistêmica, o conceito de hegemonia ocupa uma posição central. Discute-se, por exemplo, se a potência hegemônica traz estabilidade ou instabilidade ao sistema, devido à concentração de poder econômico e militar que ela promove. Por outro lado, alguns autores buscam compreender o papel da guerra para a ascensão e queda de potências hegemônicas e o estabelecimento de hierarquias entre estas e os demais Estados. De acordo com Alves:

A noção de hegemonia foi criada no seio da tradição marxista para pensar as diversas configurações sociais que se apresentavam em distintos pontos no tempo e no espaço. Apesar de ter suas origens na social-democracia russa e em Lênin, é Gramsci que apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no

materialismo vulgar e no idealismo encontrados na tradição. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas (ALVES, 2010, p. 71).

Em Marx, a sociedade é composta por relações sociais que ocorrem primordialmente na esfera de produção (estrutura). As relações sociais de produção são construídas historicamente, e são essencialmente relações de dominação e exploração. A partir do materialismo histórico dialético podemos afirmar que as relações sociais de produção são o nível primário da organização social (estrutural) e, portanto, constituem a base sobre a qual as instituições políticas e sociais (superestrutura) são construídas. Em termos gerais, a superestrutura da sociedade (cultura, instituições, política, funções sociais, rituais e o Estado) está em uma relação dialética com a sua estrutura (relações de produção e forças produtivas), influenciando-se mutuamente (ARCHENTI & AZNAR, 1996).

Gramsci amplia a noção marxiana de superestrutura e estrutura e aplica isto ao conceito de “hegemonia cultural”, que descreve como as classes dominantes utilizam o Estado e as instituições políticas e culturais (superestrutura) para a manutenção do seu poder. A dominação burguesa se dá através de sua capacidade coercitiva, oriunda do Estado, e da sua capacidade para estabelecer o consenso, o qual se dá quando a burguesia impõe um sistema de significados próprios de como é e como deve ser o mundo sobre as classes dominadas. Esta hegemonia se impõe através do sistema educativo, das instituições religiosas e dos meios de comunicação. É necessário ter em conta que a hegemonia admite rupturas, choques e conflitos; é neste espaço que se criam os movimentos contra-hegemônicos (GRUPPI, 1978).

Transferindo estes conceitos para as teorias de relações internacionais, Robert Cox concebe a hegemonia como a capacidade de um Estado de convencer a outros para seguirem um determinado conjunto de ideias e instituições estabelecidas por este Estado dominante. A potência de cada período histórico exerce sua hegemonia através dos aparatos burocráticos como também através das instituições, sejam estas formais ou não (COX, 2007).

Desta maneira, as Organizações Internacionais formam parte do aparato hegemônico, já que estas tendem a expressar as ideologias das potências hegemônicas. Estas organizações possuem cinco características básicas: (i) corporificam as regras que facilitam a expansão das ordens mundiais hegemônicas, (ii) são um produto desta ordem mundial, (iii) legitimam ideologicamente as normas impostas ao definirem diretrizes políticas, (iv) cooptam os países periféricos e (v) absorvem qualquer ideia contra-hegemônica (COX, 2007).

De acordo com Arrighi (1996), a hegemonia é a associação entre poder coercitivo e aquiescência, a qual é ampliada pela liderança intelectual e moral exercida pelo Estado hegemônico. O autor reformula a concepção de Maquiavel, segundo a qual o poder é interpretado como a combinação de uma variedade de formas, variando desde o uso da força (da ameaça do uso da força à guerra), passando pelo poder econômico (uso do dinheiro para comprar aliados e corromper inimigos), até o poder do convencimento e da diplomacia.

Enquanto Gramsci definia o exercício do poder econômico como uma zona cinzenta, da corrupção, da chantagem e da fraude, Arrighi defende que é justamente a capacidade de

utilizar o poder dos “meios de pagamentos” na política internacional que viabiliza a construção de relações de influência e liderança mais estáveis, que não dependem apenas do poder de convencimento, nem necessitam apelar constantemente para o uso da força (ARRIGHI, 1996).

Assim, além de combinar e equilibrar coerção e consentimento, uma potência hegemônica deve possuir a capacidade de universalizar seus interesses próprios, convencendo os demais países de que estes são interesses gerais ou universais dos atores que compõem o sistema internacional, uma vez que “um Estado dominante exerce uma função hegemônica quando lidera o sistema de Estados numa direção desejada e, com isso, é percebido como buscando um interesse geral. É esse tipo de liderança que torna hegemônico o Estado dominante” (ARRIGHI, 1996, p. 29).

Apesar das diferenças entre as abordagens de autores neomarxistas, como Arrighi, e autores mais próximos da escola realista, como Rasler e Thompson, estes convergem entre si pelo método de análise baseado na história da economia política, pelo uso do conceito de hegemonia como indicador de poder e liderança em um sistema hierarquizado e pela ideia da transição de poder que se apresenta como cíclica, quando analisada sob uma perspectiva de longa duração (KERR OLIVEIRA, 2012, p. 113).

Rasler e Thompson, assim como Arrighi, periodizam os ciclos de hegemonia baseados na centralidade ou liderança hegemônica de algumas potências específicas ao longo da história e reconhecem os picos de desenvolvimento tecnológico como os grandes responsáveis por impulsionarem o crescimento econômico e, conseqüentemente, a concentração de poder em determinados Estados. Para estes autores o desenvolvimento tecnológico é essencial para a ascensão de potências hegemônicas, sendo as do ramo naval militar as mais sensíveis ou importantes nos últimos cinco séculos (RASLER & THOMPSON, 2005).

Entretanto, Rasler e Thompson divergem de Arrighi ao analisarem a relação entre o poder econômico e o poder militar. Arrighi propõe que o poder econômico viabiliza o poder militar e, quando este último é empregado de forma excessiva, a liderança do *hegemon* é corroída, o que pode ser considerado um indicador secundário da decadência de uma hegemonia. A sua vez, Rasler e Thompson consideram que o poder militar, especialmente o poder naval, sustenta o poder econômico, sendo indicador da ascensão de uma potência hegemônica. Para ambos, o poder naval é importante para garantir poder comercial, ao mesmo tempo que fornece a diferença básica entre uma potência regional e uma potência global, pois a primeira focaliza seus esforços em desenvolver um forte exército, pautando-se em sua escala de poder regional, enquanto a segunda tende a priorizar suas forças navais, pautando-se em sua escala de poder global que exigiria transitar para além do seu entorno imediato (RASLER & THOMPSON, 2005).

2. TEORIA DA TRANSIÇÃO DE PODER: KENNETH ORGANSKI

A ascensão estadunidense é acompanhada por um esforço de reorganização da ordem mundial após a Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, a conferência de Bretton Woods surge no bojo desse esforço político-institucional. Nos processos de edificação das instituições como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional,

houve um claro destaque para a participação dos representantes da Inglaterra e dos Estados Unidos, John Keynes e Dexter White, respectivamente, nas negociações. Para White era preciso criar um Banco Internacional e um Fundo de Estabilização para promover liquidez ao comércio e amparar os déficits dos balanços de pagamentos. Por outro lado, Keynes propunha a criação de um Banco Central acima de todos os bancos centrais que poderia emitir uma moeda chamada “*bancor*”, que estaria referida às moedas de cada nação. Keynes argumentava que assimetrias financeiras no sistema internacional poderiam provocar instabilidade e futuros conflitos e, portanto, propunha a distribuição nivelada do ônus entre os países superavitários e deficitários com intuito de manter o pleno-emprego nacional (BELLUZZO, 1999).

Neste contexto, surge a Teoria da Transição de Poder, escrita originalmente por Kenneth Organski em seu livro *World Politics* (1958), a qual concentra seus esforços em explicar a hierarquia e o funcionamento do Sistema Internacional. Organski apresenta contribuições contundentes para o debate da estabilidade sistêmica, focando-se especialmente sobre o papel da guerra para a reordenação da hierarquia de poder internacional, a qual é sempre comandada por uma potência dominante – com atribuições e capacidades semelhantes àquelas das “potências hegemônicas”, como aprofundaremos nas próximas seções.

De acordo com o autor, apesar das aproximações teóricas, sua formulação não se encaixa na Teoria Realista das Relações Internacionais. Assim, considerava que havia uma hierarquia entre os Estados, classificando os Estados Unidos como a potência dominante desta hierarquia, na qual Japão, Alemanha (ou União Europeia), China e Rússia cumpriam o papel de grandes potências, enquanto Brasil e França constituíam-se como potências médias e um grande conjunto de nações seriam potências pequenas (ORGANSKI, 2000).

Para Organski, a distribuição internacional do poder se dá de forma assimétrica pois a potência dominante controla a maior porção dos recursos de poder disponíveis internacionalmente. Tais recursos seriam principalmente a quantidade de indivíduos para trabalhar e lutar, a produção econômica nacional e a capacidade do Estado de extrair e redirecionar sua renda nacional de acordo com suas metas. Assim, a potência dominante mantém sua posição ao assegurar a preponderância do seu poder sobre rivais potenciais, e pela manutenção do Sistema Internacional sob regras que beneficiam seus aliados e satisfazem suas aspirações nacionais. O autor também considera que, além da divisão de poder global, há divisões de poder regionais, nas quais os poderes dominantes regionais estão sob constante influência da potência dominante e da estrutura de poder globais (ORGANSKI, 2000, p. 6).

A distribuição desigual de poder poderia gerar insatisfações políticas que levariam à guerra – sendo esta, fundamentalmente, uma tentativa de desafiar o *status quo*. Contudo, nem todos os Estados que compartilham de insatisfações possuiriam capacidade militar para contestar o equilíbrio de poder vigente. Por este motivo, conflitos globais não ocorrem com frequência, primeiramente porque somente as grandes potências possuem capacidade de empregar os recursos de poder necessários para provocar um conflito destas proporções e, em segundo lugar, porque esse restrito grupo de Estados, geralmente, se encontra satisfeito devido à sua condição relativa de poder e bem-estar social (ORGANSKI, 2000).

Nessa perspectiva, a Teoria da Transição de Poder prevê que apenas as guerras globais (entre as grandes potências e a potência dominante) podem influenciar as mudanças de hierarquia. Por esta razão, a Primeira e a Segunda Guerra Mundiais, que foram os maiores conflitos

entre grandes potências no sistema internacional, se difundiram ao ponto de impactar a hierarquia global e todas as hierarquias regionais do sistema (ORGANSKI, 2000).

3. TEORIA DA ESTABILIDADE HEGEMÔNICA: CHARLES KINDLEBERGER E ROBERT GILPIN

A crise das premissas de Bretton Woods e transição do padrão monetário dólar-ouro para dólar-flexível entre os anos 1960 e 1970, em conjunto com a derrota dos estadunidenses no território vietnamita e o subsequente primeiro choque do petróleo, colocou em xeque a hegemonia estadunidense. Nesse contexto, o historiador econômico Charles Kindleberger formulou a Teoria da Estabilidade Hegemônica, pensando no papel de uma potência hegemônica para contrapor o risco de uma crise. O papel dessa potência seria fornecer as ferramentas necessárias para o bom funcionamento do sistema capitalista, o protegendo de crises cíclicas e estabelecendo determinados preceitos, por exemplo, como uma moeda internacional, políticas macroeconômicas coordenadas e a defesa do livre-comércio (KINDLEBERGER, 1973).

Em seu livro *The World in Depression, 1929-1939* (1973), Kindleberger aponta que o aprofundamento da crise a nível mundial no entreguerras seria resultado da ausência de uma liderança sólida no sistema internacional neste período. O sistema já havia sofrido choques de magnitude similar aos do *crash* de 1929, como por exemplo a quebra do mercado de ações na primavera de 1920 e a recessão de 1927 nos Estados Unidos, o que explicitaria a instabilidade intrínseca ao sistema econômico mundial, razão pelo qual este depende de um Estado hegemônico para estabilizá-lo, função desempenhada pela Grã-Bretanha desde o século XIX até princípios da década de 1910. Entretanto, em 1929, se torna evidente a incapacidade britânica de manter a estabilidade na ordem econômica, entendido, pelo autor, como um bem público do sistema internacional. Os Estados Unidos assim como os demais países “viraram-se para seus interesses nacionais privados, o interesse público escorreu pelo ralo, levando consigo, o interesse privado de todos” (KINDLEBERGER, 1973, p. 292).

Desta forma, o impacto da crise de 1929 se deveu à incapacidade britânica de manter sua hegemonia no sistema internacional e à falta de vontade dos Estados Unidos em assumi-la. Em contrapartida, o período de depressão também interrompeu temporariamente o processo de ascensão estadunidense, que já tinha se iniciado desde o fim da Primeira Guerra Mundial. Segundo o autor, o *hegemon* deveria estabilizar o sistema através de três ações: (a) manutenção de um mercado relativamente aberto para *distress goods*; (b) fornecimento de empréstimos anti-cíclicos de longo prazo; e (c) descontos em crise (KINDLEBERGER, 1973, p. 292).

Kindleberger compreendia que, se a economia mundial se comportasse simetricamente, não haveriam depressões econômicas mundiais; por exemplo, o declínio do preço do trigo acarretaria perda aos produtores, mas acarretaria em ganhos de poder real de compra do consumidor (KINDLEBERGER, 1973, p. 292). Entretanto, a simetria não é o caminho seguido pelo mercado de maneira espontânea. Especificamente entre 1873 e 1913, a simetria do sistema econômico

mundial foi mantida devido aos esforços de manutenção por parte do Estado britânico, responsável por manter os empréstimos estrangeiros e o investimento em contraponto contínuo.

O autor resgata o livro *The United States and the World Economy*, escrito por Hal Lary (1943), para demonstrar a falta de interesse estadunidense em assumir tal liderança para manter a simetria entre os anos de 1920 e 1930. Hal registrou o fato de que os Estados Unidos reduziram as importações e os empréstimos ao mesmo tempo neste período, ou seja, afastaram-se de duas das três responsabilidades apontadas por Kindleberger para que um Estado assumisse o papel de potência hegemônica (KINDLEBERGER, 1973, p.293).

Somente em 1931, a inabilidade britânica de liderança se confirma com o significativo enfraquecimento da libra esterlina, o que inibiu a Grã-Bretanha como credor de última instância. A falta de liderança no fornecimento de facilidades de desconto, empréstimos anticíclicos ou um mercado aberto para bens impossibilitou que houvesse um esforço substancial para mitigar os efeitos catastróficos da crise (KINDLEBERGER, 1973, p.296).

Com o objetivo de manter a simetria no sistema, o novo credor de última instância precisaria exercer um papel ativo na sua economia para gerar um padrão contra-cíclico, seus empréstimos externos deveriam seguir o que poderia ser chamado de “modelo de demanda”, no qual um determinado fluxo de finanças é alocado entre usos domésticos e estrangeiros, dependendo do exigido. Um *boom* doméstico desviaria empréstimos estrangeiros para o mercado doméstico e, portanto, a depressão interna e a expansão externa estimulariam empréstimos estrangeiros (KINDLEBERGER, 1973, p. 306).

Um novo credor geralmente se comporta de maneira diferente de seu antecessor devido a uma nova conjuntura. Desse modo, com o fim de Bretton Woods, a pretendente liderança estadunidense se colocou no sistema através do “modelo de fornecimento”, ou seja, assim que as finanças domésticas se tornam disponíveis, são investidas interna e externamente, de forma simultânea. Quanto mais lucros são obtidos internamente, mais investimento é revertido no âmbito externo; logo, os empréstimos estrangeiros dependem da disponibilidade das finanças internas. Tal modelo não gera o padrão contra-cíclico necessário para manter a estabilidade no sistema, gerando crises e as aprofundando em determinada medida (KINDLEBERGER, 1973, p. 307).

Em consonância com o debate proposto por Kindleberger sobre o papel do *hegemon* para a estabilidade do sistema internacional, Gilpin, em seu livro *The Political Economy of the International Relations* (1987), assinala que as políticas econômicas adotadas após a Primeira Guerra Mundial pelas Grandes Potências da época culminaram, em parte, na Grande Depressão que viria alguns anos depois. A Grande Depressão foi uma crise ocasionada por inúmeros elementos, como a tentativa de sustentar o nível de consumo e o aumento da população do período entreguerras, a alta paridade que a Grã Bretanha fixou na libra esterlina, bem como sua capacidade de manter sua moeda como padrão monetário internacional, uma vez que sua capacidade industrial já não era a mesma depois do alto dispêndio com a guerra (GILPIN, 2002).

No período entreguerras foi notável o crescente fortalecimento do papel do Estado para controlar suas finanças internas e abastecer seus cidadãos com políticas de bem-estar social, como por exemplo o *New Deal* do Presidente Roosevelt (1933-45) e na ascensão de regimes totalitários em algumas das principais potências do tabuleiro internacional. A fragmentação do padrão monetário internacional tornou os países competitivos entre si, segregando os países entre blocos: 1) “Bloco do esterlino”, encabeçado pela Grã Bretanha; 2) “Bloco do dólar”,

liderado pelos Estados Unidos e 3) “Bloco do ouro”, liderado pela França, além da escolha por autonomia por parte de Alemanha, Japão e Itália (GILPIN, 2002, p. 152).

Gilpin parte da premissa de que o poder estratégico-militar é indissociável do poder econômico-financeiro. Nessa perspectiva, argumenta que o poder econômico associado à capacidade de inovação tecno-científica é uma determinante fundamental para que um Estado se torne uma potência hegemônica. Assim, como Kindleberger, defendia que sem uma potência hegemônica para ditar regras o sistema internacional se tornaria instável. Desta forma, Gilpin combina o conceito de hegemonia com o de equilíbrio de poder e ressalta, a exemplo, o papel desempenhado pela Grã Bretanha no balanceamento de poder europeu durante o período da *Pax Britânica*, e considera que a ausência de uma potência dominante no período entreguerras demonstrou que a cooperação econômica internacional dificilmente poderia ser alcançada ou mantida sem um poder hegemônico para realizar sua manutenção (GILPIN, 1987, p. 88).

Os pressupostos realistas na obra de Gilpin se manifestam especialmente em sua concepção do Sistema Internacional, o qual para ele é essencialmente competitivo e conflitivo, levando a sucessão sistemática de hierarquias de poder internacional. Dentro deste sistema, a constante ascensão e queda do poderio dos Estados, a guerra cumpre o papel fundamental de reordenar a hierarquia sistêmica. Neste ponto, o autor se aproxima consideravelmente da interpretação de Modelski: a guerra é o elemento que rege as grandes transformações do Sistema Internacional, é o elemento regulador do desequilíbrio de poder (GILPIN, 1981). Em especial, o autor emprega o conceito de guerra hegemônica, definida como:

uma disputa direta entre a potência ou as potências dominantes num sistema internacional e o desafiante ou desafiantes emergentes. O conflito se torna total e com o tempo é caracterizado pela participação de todos os grandes estados e da maioria dos estados menores no sistema. A tendência, de fato, é cada Estado no sistema ser arrastado para um ou outro dos campos opostos (GILPIN, 1981, p. 199).

Desta maneira, a guerra hegemônica é um conflito que envolve as grandes potências em disputa pela hegemonia. O resultado deste tipo de conflito possui um impacto direto na distribuição de poder a nível sistêmico. A definição de Gilpin é bastante ampla no sentido que a guerra hegemônica não se restringe ao embate militar, tratando-se, portanto, de um conflito de dimensões políticas, econômicas e ideológicas, uma vez que o fim deste conflito, para a potência hegemônica desafiada, seria aniquilar as aspirações ao poder do Estado que a desafia. O autor aponta três elementos que levam à guerra hegemônica: (i) a ocupação e controle político de quase todos os territórios do planeta diminuam drasticamente as possibilidades de crescimento das potências revisionistas, (ii) a distribuição desigual do poder a nível sistêmico gera uma percepção de ameaça, (iii) a depender da escala do conflito, a guerra hegemônica é uma lógica própria do sistema a qual não pode ser controlada pela ação dos agentes políticos (GILPIN, 1981).

Assim, Gilpin registra as guerras hegemônicas do sistema interestatal responsáveis por alterar o equilíbrio de poder deste: A Guerra dos 30 Anos (1618-1648), a Guerra dos Cem Anos (1337-1453), a qual está diretamente relacionada com a Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas (1792-1815) e as Guerras Mundiais (1914-1945). Sobre estas últimas,

Gilpin destaca como no pós-guerra os Estados Unidos consolidaram o seu reordenamento do sistema internacional, gerando uma ordem internacional que correspondesse aos interesses vitais do Estado norte-americano, criando instituições político-financeiras com a capacidade para a manutenção da sua ordem (GILPIN, 1981).

4. TEORIA DOS CICLOS DE LONGA DURAÇÃO: GEORGE MODELSKI, IMMANUEL WALLERSTEIN E GIOVANNI ARRIGHI

A Teoria dos Ciclos de Longa Duração abrange diversos autores cujo ponto em comum é a metodologia analítica de longos períodos históricos para a formulação de análises cujo foco é o nível sistêmico. Os autores que adotam esta metodologia buscam explicações para fenômenos internacionais a partir da estrutura do sistema internacional, a qual consideram hierárquica e desigual. Desta forma, avaliam que a hierarquia sistêmica sofre alterações cíclicas e, divergem entre si, sobre as variáveis que levam a essa mudança estrutural de tempos em tempos.

George Modelski formulou um modelo analítico que enfatiza os processos cíclicos de queda e ascensão de hierarquias globais e a relação destes processos com guerras globais e a ordem político-econômica internacional. Os ciclos de Modelski possuem algumas características comuns que os constituem, a saber: (i) regularidade, (ii) constante progressão do ciclo atual em relação ao seu anterior, (iii) uma potência mundial com capacidade de atuação em escala global. A capacidade de atuação em escala global, para o autor, está diretamente relacionada com o poder naval, uma vez que todas as potências mundiais contam com uma forte projeção de seu poderio marítimo. Esta visão baseia-se no papel do poder naval nas guerras globais, sendo este o único poder com alcance geográfico global, o que o torna decisivo para os conflitos em larga escala (MODELSKI, 1987).

Modelski postula que as guerras globais são o fator de transição entre um ciclo e outro, ou seja, possuem a função de reordenar a hierarquia do poder internacional. Assim, cada ciclo é um processo de reordenamento sistêmico subsequente às guerras globais. A análise do autor parte do século XVI, perpassando pelos ciclos de poder de Portugal (1494-1580), Holanda (1580-1688), Grã-Bretanha (1688-1791 e 1792-1914) e Estados Unidos (1914-2030). Em média, os ciclos duram entre 100 e 120 anos. Assim, cada ciclo de Modelski possui uma potência mundial (a qual, assim como Organski, ele não denomina como hegemonia) com as capacidades materiais (especialmente o poder naval) para ordenar a política mundial desde o ponto de vista econômico, político e social. A potência mundial possui a capacidade de definir as agendas da política internacional e, com base em suas capacidades materiais, exerce seu poder global e as funções de potência mundial (MODELSKI, 1987). Sobre as guerras globais, o autor afirma:

Uma guerra global é uma decisão de ocupar (e esvaziar) a posição de liderança no sistema político global. [...] Isto é política quintessencial,

o processo central do sistema político global. Assinala a chegada à liderança de uma potência mundial bem-sucedida, e a saída de uma potência que se retira; e é um processo que envolve sanções e privações no sentido de criar não só vencedores, mas também perdedores (MODELSKI, 1987, p. 36).

Em linhas gerais, os ciclos formulados pelo autor são um padrão sistêmico da política internacional, embora não sejam estruturas fixas e que estejam suscetíveis a alterações em seu conteúdo político, a depender da potência mundial liderando a hierarquia de cada ciclo. As transições entre um ciclo e outro podem ser identificadas pela decorrência da guerra e, seguindo a mesma lógica, os ciclos estariam operando como um interregno pacífico entre duas guerras globais. Cada vez que há o acirramento dos conflitos a nível global e a potência mundial não é mais capaz de corresponder às tarefas da governança política global, a transição entre ciclos se desenvolve. Sobre a crise dos anos 1970, Modelski não apostava em uma crise final do ciclo estadunidense e nem sequer na possibilidade de uma guerra global. Para ele, as crises globais não são um indicador do final de um ciclo, ao contrário, podem ser o que renova o ciclo para ele se prolongar por mais um período; a potência mundial deve responder a essas crises através dos mais variados mecanismos políticos (MODELSKI, 1987).

Já Immanuel Wallerstein adota como categoria analítica o Sistema-Mundo Moderno, formado por uma economia-mundo capitalista e um sistema interestatal. A economia-mundo capitalista é pautada por trocas desiguais e, conseqüentemente, está estruturalmente dividida entre países do centro, da periferia e da semiperiferia – a posição relativa de cada país dentro desta estrutura é definida de acordo com sua função na divisão internacional do trabalho. Portanto, o capitalismo não teria se mundializado somente no século XX, mas teria sido mundial desde seu surgimento. Como consequência, desde o princípio do capitalismo, o Estado-nação foi fortalecido como forma de proteção às economias nacionais do centro da economia-mundo, como resultado da aliança entre latifundiários e a burguesia, especialmente nos países que estavam em segundo lugar no topo da hierarquia capitalista mundial em cada período histórico (por exemplo, a Inglaterra entre 1660-1715, a França entre 1715-1815, a Alemanha no século XIX, a União Soviética no século XX) (WALLERSTEIN, 1974).

Assim, o sistema interestatal, tal qual a economia-mundo, é estruturalmente assimétrico. Os países centrais, aqueles que possuem capacidade econômica para concentrarem a maior parte do excedente da produção mundial em seus territórios (em outras palavras, aqueles países que organizam a economia mundial), possuem maior poder dentro do sistema interestatal. Desta forma, as relações interestatais podem afetar as relações da economia-mundo, porém, o poder político de cada Estado é sempre determinado em relação ao poder dos demais Estados do sistema interestatal, o qual oscila, de forma cíclica, entre períodos de hegemonia e períodos de disputa entre os países centrais (WALLERSTEIN, 1987).

Na análise de Wallerstein (1979), as hegemonias estão restritas a um determinado período histórico. Geralmente após guerras mundiais, ocorre o período de ascensão de um poder hegemônico; por outro lado, quando a luta de classes no interior da potência hegemônica se intensifica, suas vantagens tecnológicas são difundidas para outras partes do Sistema-Mundo e há uma intensificação da disputa interestatal entre as principais potências do centro, inicia-se uma disputa pela hegemonia a qual indica que está em curso o período de declínio do poder

hegemônico estabelecido. Desta forma, o autor identifica que há um processo cíclico de transição de hegemonias o qual se repete historicamente.

Influenciado pelas análises de Wallerstein, Giovanni Arrighi propõe uma análise dos ciclos sistêmicos de acumulação capitalista. O autor indica que na história do moderno sistema interestatal existiram três hegemonias: a hegemonia holandesa, a hegemonia britânica e a hegemonia estadunidense. As três são caracterizadas por produzirem importantes inovações tecnológicas e acumularem riqueza o que, conseqüentemente, lhes conferiu a capacidade de reestruturar o regime de acumulação vigente no sistema mundial, de forma que garantisse as condições necessárias para que pudessem expandir sua influência (ARRIGHI, 1996).

Ao contrário das outras duas, a hegemonia holandesa não pode ser considerada muito exitosa porque não estava nos interesses da Holanda se constituir como uma hegemonia após a Guerra dos Trinta Anos. A hegemonia britânica esteve focada no imperialismo e no livre comércio, e manteve o controle do sistema financeiro nas mãos do Estado, através das companhias inglesas, que possuíam participação parcial nos governos de suas colônias. A hegemonia estadunidense, por outro lado, apostou na descolonização e na pressão pela abertura unilateral de mercados, mantendo o controle do sistema financeiro nas mãos de grupos privados, devido ao papel preponderante das empresas multinacionais sediadas no país norte-americano (ARRIGHI, 1996).

Uma hegemonia mundial, conforme o conceito empregado por Arrighi, se refere “à capacidade de um Estado exercer funções de liderança e governo sobre um sistema de nações soberanas” (ARRIGHI, 1996, p. 27). Ao analisar as hegemonias já existentes, o autor destaca o regime de acumulação inaugurado por cada potência hegemônica como o elemento fundamental que determinou a transição de um *hegemon* para outro. Neste sentido, um novo regime de acumulação marca a inauguração de um novo ciclo sistêmico, pois opera como a base material para o poder político-econômico exercido pela potência hegemônica em cada período histórico. Para haver uma transição hegemônica, portanto, um novo regime de acumulação deve ser inaugurado por um novo país – o que implicaria uma mudança estrutural no sistema.

5. TEORIAS DA CRISE ESTRUTURAL: SUSAN STRANGE, MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES E JOSÉ LUÍS FIORI

São comuns as perspectivas da Economia Política Internacional que contrastam a noção de estabilidade hegemônica de Kindleberger e Gilpin. Dentre estas, está a abordagem de Susan Strange, quem distingue duas espécies de poder: (i) Poder Relativo, que é a capacidade de um Estado, com maior poder em relação ao poder de um segundo Estado, impor a este segundo um determinado comportamento; (ii) Poder Estrutural, que é a capacidade de um Estado ou outro ator do Sistema Internacional de delinear a estrutura do sistema econômico internacional:

Structural power, in short, confers the power to decide how things shall be done, the power to shape frameworks within which states relate to each other, relate to people, or relate to corporate enterprises (STRANGE, 1994, p. 25).

O Poder Estrutural está subdividido em quatro aspectos correlacionados: segurança, produtividade, setor financeiro e conhecimento. Esse conceito não nega a importância do poder militar, contudo, abrange outros aspectos importantes, como a riqueza, exemplificada na capacidade dos Estados Unidos de reerguer e controlar as economias decaídas pela Segunda Guerra Mundial (STRANGE, 1994). A riqueza, conforme o exposto por Strange, converge com a definição de Friedrich List acerca desta:

O objetivo da economia desse corpo [a nação] não é apenas a riqueza, como seria nas economias individual e cosmopolita, mas poder e riqueza, porque a riqueza nacional é aumentada e garantida pelo poder nacional, na medida em que o poder nacional é aumentado e garantido pela riqueza nacional (LIST, 2009, p. 33).

Desta forma, Strange argumenta que a raiz das crises sistêmicas dos anos 1970 foram provocadas em maior medida por fatores relacionados a economia da nação hegemônica (portanto, no âmbito estrutural) do que por interações políticas medidas pelo comportamento dos países contestadores (âmbito das unidades do sistema) (STRANGE, 1994).

Partindo da premissa de que ao longo dos anos 1970 o poder estrutural estadunidense aumentou, ao invés de diminuir, Maria da Conceição Tavares se aproxima da abordagem de Strange. A autora considera que uma das estratégias mais importantes dos Estados Unidos foi a de “submeter a economia privada japonesa ao seu jogo de interesses e se a política inglesa e alemã não fossem tão conservadoras, os EUA teriam enfrentado um bloco com pretensões europeias e asiáticas de independência econômica” (TAVARES, 1985, p. 5).

Além disso, os EUA se posicionaram de modo ofensivo para reverter a desvalorização contínua que sua moeda estava sofrendo e garantiram a continuidade do dólar como padrão monetário internacional a partir de 1971. As consequências desse processo foram devastadoras, levando ao aumento da taxa de juros em 1979, ao desmonte de inúmeras empresas nacionais e ao aumento da concentração de renda de forma ininterrupta por um período de três anos. Contudo, alguns desses elementos possibilitaram a retomada do poder hegemônico estadunidense, combinados com outros como a política dos EUA de estímulo à competição econômica e militar entre seus parceiros e adversários, sua capacidade única de aumentar exponencialmente sua dívida pública, a globalização financeira, a confiança internacional no seu mercado financeiro e por fim, a queda do mundo bipolar. Ou seja, no plano geoeconômico, predominou a diplomacia do dólar forte¹ e no plano geopolítico, a diplomacia das armas (TAVARES, 1997). Segundo Tavares:

1 Paul Adolph Volcker, presidente do *Federal Reserve Board*, declarou, em 1979, que os Estados Unidos continuariam impondo sua moeda como padrão monetário internacional e que elevariam consideravelmente a taxa de juros interna com objetivo de supervalorizar sua moeda. Esse movimento custou uma recessão produtiva interna mas foi suficiente para os Estados Unidos recuperarem o controle da sua moeda (TAVARES, 1997).

a retomada da hegemonia terminou convertendo finalmente a economia americana numa economia cêntrica e não apenas dominante. Qualquer semelhança com a Inglaterra do século XIX é mera analogia sem fundamento, dado o peso continental dos EUA e a existência da União Soviética (TAVARES, 1985, p. 12).

Desta forma, diferentemente dos autores expostos em seções anteriores, Tavares considera que, por suas proporções territoriais e pela concorrência direta com a URSS no mesmo período em que se consolidou como poder hegemônico, os Estados Unidos não podem ter seu papel como “economia cêntrica” do sistema internacional comparado com o papel desempenhado pela Inglaterra entre o século XIX e os primeiros anos do século XX.

A sua vez, José Luís Fiori argumenta que existe uma contradição intrínseca ao sistema mundial que torna impossível a ascensão de um império global: a constante necessidade de expansão do poder dos Estados que compõem o sistema. Embora haja uma clara tendência à centralização e à monopolização do poder e da riqueza, esta nunca se materializou em um império global porque a ascensão de um império global implicaria na anulação das possibilidades de expansão do poder dos Estados que compõem o sistema mundial e, portanto, seria destruído o mecanismo de acumulação que mantém o próprio sistema em constante expansão (FIORI, 2007). Acrescenta:

Essa contradição do sistema mundial impediu o nascimento de um império global, mas não impediu a oligopolização precoce do controle do poder e da propriedade da riqueza, nas mãos de um pequeno grupo de estados que se transformaram nas Grandes Potências, com capacidade de imposição da sua soberania e do seu poder muito além de suas fronteiras nacionais. Uma espécie de núcleo central do sistema, que nunca teve mais do que seis ou sete “sócios”, todos eles europeus, até o início do século XX, quando os Estados Unidos e o Japão ingressaram no “círculo governante” do mundo. Além disto, estes estados sempre colocaram barreiras à entrada de novos “sócios” e, apesar de suas relações competitivas e bélicas, sempre mantiveram entre si relações complementares (FIORI, 2007, p. 80).

Dentro deste sistema em constante expansão no qual os Estados e economias nacionais dominantes são os líderes, não há a possibilidade de paz ou de equilíbrio e estabilidade nos mercados internacionais uma vez que as grandes potências sempre atuarão de forma expansionista, mesmo quando já tenham acumulado poder e riqueza e se mantenham no topo da hierarquia do sistema. Portanto, o Sistema Internacional é compreendido como sendo essencialmente conflitivo, e desta forma “o líder ou *hegemon*, é sempre desestabilizador da sua própria situação hegemônica porque ‘quem não sobe, permanentemente, cai’, dentro deste sistema mundial” (FIORI, 2007, p. 81-82).

Fiori (2004) considera que a hegemonia mundial não estabiliza o sistema interestatal, uma vez que esta não interrompe o expansionismo do próprio *hegemon*. Ao contrário, a posição de hegemonia mundial só pode ser conquistada e mantida pela luta constante por mais poder,

sendo, neste sentido, autodestrutiva, porque em sua busca por poder o *hegemon* desestabiliza sua própria hegemonia:

Edward Carr e Raymond Aron, assim como Joseph Nye e Robert Keohane, estavam preocupados com o problema da guerra e da paz; Charles Kindleberger, Robert Gilpin e Susan Strange, com o bom funcionamento da economia internacional; e Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi, com a trajetória econômica e política de longo prazo do sistema mundial. Mas todos chegam a uma mesma conclusão: a presença de um Estado com poder global é indispensável para assegurar a ordem e a paz do sistema interestatal e o bom funcionamento da economia internacional, mesmo que seja por um período transitório, porque sempre haverá um novo hegemon. No entanto, apesar deste enorme consenso teórico e normativo, o funcionamento do hiperpoder global norte-americano, depois de 1991, vem contradizendo essas teorias e suas previsões históricas (FIORI, 2004, p. 3).

Como exemplo prático para seus postulados, Fiori retoma o contexto internacional da década de 1970, primeiro momento histórico em que foram apontadas debilidades no poder norte-americano e a hegemonia estadunidense não foi capaz de manter a estabilidade sistêmica. Neste sentido, a derrota no Vietnã não foi o elemento desestabilizador da hegemonia estadunidense na década de 1970, mas sim a própria ação expansiva dos EUA desestabilizou o poder do país por um breve período, entretanto, sem necessariamente afetar sua capacidade como potência hegemônica do sistema interestatal. O impulso desestabilizador dos Estados Unidos ficou ainda mais evidente a partir de 1991, através das suas inúmeras intervenções militares, ampliação constante do seu arsenal militar e o abandono de diversos regimes e acordos internacionais (FIORI, 2004).

Desta maneira, Fiori conclui que todas as teorias que trabalham com os conceitos de liderança ou hegemonia mundial não explicam o funcionamento do sistema político e econômico mundial, pois o Estado hegemônico é visto, em geral, pelas contribuições positivas que faz para o sistema, enquanto que suas ações expansivas são ignoradas (FIORI, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate acerca do papel da hegemonia para a definição de hierarquias no sistema internacional pode ser dividido entre quatro correntes teórico-metodológicas: Teoria da Transição de Poder, Teoria da Estabilidade Hegemônica, Teoria dos Ciclos de Longa Duração e Teoria da Crise Estrutural. Ao longo deste trabalho, buscamos encontrar pontos de convergência e divergência entre essas teorias, partindo especialmente de três variáveis em cada teoria: (i) a definição de uma potência hegemônica ou dominante; (ii) como se organiza a estrutura de poder internacional; (iii) como se dá a transição hegemônica ou transição de poder. Os resultados estão sistematizados no quadro abaixo:

Quadro 1 – Resumo comparativo entre as abordagens teóricas

Teoria	Definição de potência hegemônica ou dominante	Estrutura do Sistema Internacional	Como ocorre a Transição Hegemônica ou Transição de Poder
Transição de Poder	Aquela que possui o controle sobre a maior parte dos recursos de poder disponíveis: quantidade de indivíduos para trabalhar e lutar; produção econômica nacional; capacidade estatal de extrair e redirecionar sua renda nacional de acordo com suas metas.	Hierárquica, liderada por uma potência dominante, seguida das grandes potências, médias potências e pequenas potências.	Por meio da guerra entre a potência dominante (cujo poder está sendo contestado) e as grandes potências (que estão contestando o <i>status quo</i>). Ocorre raramente, pelo fato das grandes potências, em geral, defenderem o <i>status quo</i> .
Estabilidade Hegemônica	Aquela com capacidade econômica-financeira e política-militar de estabilizar o sistema mundial e evitar crises cíclicas. Para Gilpin (1987), o poder econômico associado à capacidade de inovação tecnológica é fundamental para uma potência hegemônica.	Hierárquica, liderada por uma potência hegemônica, a qual organiza o sistema mundial.	Mudança do credor de última instância, para Kindleberger (1973), e uma guerra hegemônica, conflito que envolve as grandes potências em disputa pela hegemonia, para Gilpin (1981).
Ciclos de Longa Duração	Para Modelski (1987), aquela com poder cujo alcance é global, e possui um grande poderio naval. Para Wallerstein (1987), é a potência que organiza a economia mundial. Para Arrighi (1996), o Estado com capacidade de exercer funções de liderança sobre um sistema de nações soberanas.	De acordo com Modelski (1987) e Arrighi (1996) é hierárquica, liderada por uma potência hegemônica, a qual organiza o sistema mundial. Wallerstein (1978) adota a mesma definição, incluindo os conceitos de centro, semiperiferia e periferia para explicar a hierarquia sistêmica.	Por meio de uma guerra entre as principais potências, denominada de guerra global por Modelski (1987) ou de guerra mundial por Wallerstein (1979). Arrighi (1996) aponta para a reestruturação do regime de acumulação como o fundamento da transição hegemônica.
Crise Estrutural	Para Strange (1994), o Poder Estrutural (capacidade de um Estado definir a estrutura do sistema econômico internacional) é o que caracteriza uma potência hegemônica. Para Tavares (1997), é o controle sobre o âmbito geoeconômico e o âmbito geopolítico. Para Fiori (2007), é a centralização de poder e acumulação da riqueza que definem um <i>hegemon</i> .	Hierárquica, liderada por uma potência hegemônica, a qual organiza o sistema mundial.	Não trabalham com a noção de transição de poder, pois em suas análises priorizam a hegemonia estadunidense (a qual não se equipara a nenhuma outra potência na história mundial, e tampouco foi superada até o momento atual). Empregam a noção de crise estrutural, segundo a qual são os fatores econômicos internos do próprio Estado hegemônico ou sua própria ação expansiva que desestabilizam sua hegemonia.

Desta forma, consideramos que a hipótese inicial (segundo a qual as teorias aqui trabalhadas são mais convergentes do que divergentes e, desta forma, podem ser empregadas de

forma complementar) se confirma. Em geral, as definições de potência hegemônica ou dominante são convergentes: apesar de algumas características específicas que são apontadas em cada abordagem, todos os autores consideram que a principal potência é aquela que controla a maior parte dos recursos econômicos e políticos disponíveis e, portanto, detém a capacidade de influenciar a organização político-econômica do sistema internacional.

Quanto à estrutura do sistema, as análises também são convergentes: este é organizado de forma hierárquica e, no topo dessa hierarquia, está a potência hegemônica ou dominante. É sobre os fatores que levam à Transição Hegemônica ou Transição de Poder que as principais divergências surgem. Organski, Gilpin, Modelski e Wallerstein consideram que a guerra entre grandes potências é a responsável por levar a essa mudança estrutural. Kindleberger aponta para a mudança de liderança no sistema financeiro, enquanto Arrighi considera a reestruturação do regime de acumulação como o motor para uma transição hegemônica. Por outro lado, Strange, Tavares e Fiori nem sequer trabalham com esta noção em suas análises; consideram que crises estruturais são as responsáveis por causarem instabilidades sistêmicas, porém, não necessariamente são a razão para uma mudança estrutural a nível sistêmico.

Em meio aos debates acerca dos rumos da hegemonia estadunidense e do papel cumprido pelas potências euroasiáticas, como China e Rússia, as formulações teóricas sobre a estabilidade sistêmica e a transição de poder têm sua relevância analítica revigorada. Em linhas gerais, as teorias aqui analisadas possuem em comum o tronco analítico da Economia Política Internacional, e coincidem em sua abordagem estruturalista, a qual parte da análise de macroestruturas político-econômicas para formular modelos teórico-metodológicos. Assim, combinam em suas análises os aspectos econômicos com os aspectos históricos e políticos, para gerar ferramentas úteis ao estudo da reorganização da hierarquia internacional, fenômeno cuja recorrência na Política Internacional repete-se de maneira cíclica.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. R. C. (2010). **O conceito de Hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. *Lua Nova*, São Paulo, n. 80, p. 71-96.
- ARCHENTI, N; AZNAR, L. (1996). **Actualidad del pensamiento sociopolítico clásico**. Buenos Aires: EUDEBA, p. 39-64.
- ARRIGHI, G. (1996). **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- BELLUZZO, L. G. (1999). *Finança Global e Ciclos de Expansão*. In: FIORI, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- COX, R. W. (2007). *Gramsci, Hegemonia e Relações Internacionais: Um ensaio sobre o método*. In: GILL, S. (org) **Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- FIORI, J. L. (2004). *O poder global dos Estados Unidos: formação, expansão e limites*. In: FIORI, J. L. (Org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes.

- _____ (2007). **A nova geopolítica das nações e o lugar da Rússia, China, Índia, Brasil e África do Sul.** *OIKOS*, Rio de Janeiro, Vol. 6, No 2, 2007.
- GILPIN, R. (1981). **War and change in world politics.** Cambridge MA.: Cambridge University Press.
- _____ (1987). **The Political Economy of International Relations.** Princeton: Princeton University Press.
- _____ (2002). **Economia Política das Relações Internacionais.** Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- GRUPPI, L. (1978). **El concepto de Hegemonía en Gramsci.** México, DF: Ediciones de Cultura Popular.
- KERR OLIVEIRA, L. (2012). **Energia como Recurso de Poder na Política Internacional: os desafios da Geopolítica do Petróleo e o papel do Centro de Decisão Energética.** Tese de Doutorado em Ciência Política, UFRGS. Porto Alegre.
- KINDLEBERGER, C. P. (1973). **The world in depression, 1929-1939.** Berkeley: University of California Press.
- LIST, F. (2009). **Cartas da Economia Nacional contra o livre comércio.** Rio de Janeiro: Capax Dei.
- MODELSKI, G. (1987). **Long cycles in world politics.** Nova York: Springer.
- ORGANSKI, A. F. K.; TAMMEN, R. et al [orgs] (2000). **Power Transitions - Strategies for the 21st Century.** Chatam House Publishers, New York.
- RASLER, K; THOMPSON, W. R. (2005). *Global War and the Political Economy of Structural Change.* In: MIDLARSKY, M. I. [org]. **Handbook of War Studies II.** 4th ed. The University of Michigan Press: Ann Arbor, Michigan, USA, p. 301-331.
- STRANGE, S. (1994). **States and markets.** London: Continuum.
- TAVARES, M. C. (1985). **Retomada a hegemonia norte-americana.** *Revista de Economia Política*, Vol. 5, n° 2, Rio de Janeiro.
- _____ (1997). **Pós-escrito 1997: A reafirmação da hegemonia norte- americana.** In: FIORI, José L; TAVARES, Maria da Conceição. **Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização.** Petrópolis: Vozes.
- TEIXEIRA, A. (1999). *Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia.* In: FIORI, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações.** Petrópolis: Vozes.
- WALLERSTEIN, I. (1974). **The rise and Future Demise of the World Capitalist System: Concepts for Comparative Analysis.** *Comparative Studies in Society and History*, Volume 16, Issue 4 (Sep.), 387-415.
- _____ (1979). **El moderno sistema mundial: la agricultura capitalista y los orígenes de la economía-mundo europea en el siglo XVI.** México: Siglo Veintiuno. v. 1.
- _____ (1987). *Periphery.* In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **The New Palgrave: The world of economics.** London: Macmillan.